→★ continuação

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas da ECB Holding S.A.

receita ou despesa financeira dependendo do resultado obtido. ***b. Custo amortizado:*** São incluídos nesta categoria os passivos financeiros e ativos financeiros de dívida simples, cujo objetivo é de recolher apenas fluxos de caixa contratuais. São atualizados pelo método de juros efetivos, reconhecendo as receitas ou despesas de juros no resultado, ao longo do período pertinente com base na taxa de juros efetiva. **8.4.2 Reconhecimento, mensuração, desreconhecimento e compensação:** Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado são reconhecidos inicialmente pelo preço de transação, sendo normalmente o valor justo do instrumento financeiro. Se determinar que o valor justo no reconhecimento inicial se difere do preço da transação, e for comprovado por preço cotado em mercado ativo ou passivo idêntico (Nível 1) a entidade deve reconhecer a diferença entre valor justo inicial e o preço da transação como ganho ou perda. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que tenham sido transferidos, substancialmente, todos os riscos e os benefícios da titularidade do ativo financeiro. O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Os ativos e passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado são contabilizados usando o método da taxa de juros efetivos, amortizando quaisquer taxas incluídas no cálculo da taxa de juros efetiva ao longo da vida esperada do instrumento financeiro. Os investimentos em instrumentos patrimoniais e contratos relativos a esses instrumentos devem ser reconhecidos pelo valor justo. Contudo, em circunstâncias limitadas, o custo pode ser uma estimativa apropriada do valor justo, caso não haja informações suficientes mais recentes disponíveis para mensurar o valor justo. O valor justo dos investimentos com cotação pública se baseia nos preços atuais de mercado. Para os ativos financeiros sem mercado ativo, o valor justo é estabelecido por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem a comparação com operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções. ***8.4.3 Impairment de ativos financeiros:*** O objetivo dos requisitos de redução ao valor recuperável é reconhecer perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos financeiros para os quais houve aumentos significativos no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, avaliados de forma individual ou coletiva, considerando todas as informações razoáveis e sustentáveis, incluindo informações prospectivas. O Grupo mensura a provisão para perdas de instrumento financeiro ao valor equivalente às perdas de crédito esperadas se o risco de crédito desse instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial. ***8.4.4 Derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado:*** As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente no resultado do exercício, na rubrica "(Perdas)/Ganhos com instrumentos financeiros derivativos, líquidos". A Controlada Be8 está exposta ao risco cambial de operações estrangeiras decorrente de diferenças entre as moedas nas quais as vendas, compras, recebíveis e empréstimos são denominados, e as respectivas moedas funcionais das entidades da Controlada Be8. A moeda funcional do Grupo é principalmente o Real. As moedas nas quais as transações do Grupo são primariamente denominadas são: Real, Dólar Americano (USD), Guarani (Paraguai) e Franco Suíço (CHF). ***8.4.5 Derivativos mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:*** A política de gestão de risco da Controlada Be8 é fazer *hedging* de sua exposição esperada em moeda estrangeira com relação a vendas e compras previstas no curso normal do negócio. A Controlada Be8 utiliza contratos futuros e *swaps* para proteger seu risco cambial. Tais contratos são geralmente designados como *hedges* de fluxo de caixa. Relacionado aos *hedges* do complexo Soja (soja, farelo, óleo e seus derivados), a Controlada Be8 designa integralmente o contrato de câmbio a termo como instrumento de *hedge*. Por fim, o *hedge* de empréstimos na modalidade 4131, o Grupo designa integralmente os contratos de *swaps* como instrumento de *hedge*. A política determina que as condições críticas dos contratos de câmbio a termo sejam consistentes com o item objeto de *hedge*. O Grupo determina a existência de uma relação econômica entre o instrumento de *hedge* e o item objeto de *hedge* com base na moeda, no valor e no momento dos respectivos fluxos de caixa. O Grupo avalia se há a expectativa de que o derivativo designado em cada relação de *hedge* compense mudanças e se foi eficaz na compensação de mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de *hedge* utilizando o método de variabilidade reduzida. Nessas relações de *hedge*, as principais fontes de ineficácia são: - efeito do próprio risco de crédito do Grupo e das contrapartes sobre o valor justo dos contratos de câmbio a termo e *swaps*, o que não é refletido na mudança no valor justo dos fluxos de caixa objeto de *hedge* atribuíveis à mudança nas taxas de câmbio; e - mudanças no momento de realização das operações objeto de *hedge*. **8.5 Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo preço de transação, e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado utilizando-se do método da taxa de juros efetiva, menos a provisão para *impairment*, se necessária. A provisão para *impairment* é estabelecida quando existe uma evidência significativa de que não será possível receber todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O cálculo da provisão é baseado em estimativa suficiente para cobrir prováveis perdas esperadas na realização das contas a receber, considerando a situação de cada cliente e respectivas garantias oferecidas. **8.6 Estoques:** Os estoques são mensurados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. Os custos dos estoques são determinados pelo método de avaliação de estoques "custo médio ponderado". O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de matéria-prima, mão de obra direta, outros custos diretos e os respectivos custos indiretos de produção (com base na capacidade operacional normal). Os estoques são avaliados quanto ao seu valor recuperável nas datas de balanço. Em caso de perda por desvalorização (*impairment*), esta é imediatamente reconhecida no resultado. O estoque de grãos adquiridos na modalidade "a fixar", por não haver um preço definido no momento da transação, este é reconhecido a valor de mercado no período de aquisição. **8.7 Ativos intangíveis:** ***c. Ágio:*** O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. No caso de apuração de deságio, o montante é registrado como ganho no resultado do período, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (*impairment*). O ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. O ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional. ***d. Programas de computador (softwares):*** Licenças adquiridas de programas de computador (*softwares*) são capitalizadas e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada. Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a *softwares* identificáveis e únicos, controlados pelo Grupo e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os gastos com o desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis, estimadas em aproximadamente quinze anos. **8.8 Imobilizado:** Os bens do imobilizado são registrados ao custo ou custo atribuído e depreciados pelo método linear ao longo da vida útil econômica dos bens. Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais reformas é acrescido ao valor contábil do ativo quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam o padrão de desempenho inicialmente estimado para o ativo. As reformas são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado. Os custos dos encargos sobre empréstimos tomados para financiar a construção do imobilizado são capitalizados durante o período necessário para executar e preparar o ativo para o uso pretendido. Se o valor contábil de um ativo for maior do que seu valor recuperável, constitui-se uma provisão para *impairment* de modo a ajustá-lo ao seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado. O Grupo não possui bens do ativo imobilizado que espera abandonar ou alienar e que exigiriam a constituição de provisão para obrigações por descontinuação de ativos. As vidas úteis dos ativos imobilizados do Grupo estão apresentados na nota explicativa 18. **8.9 Propriedades para investimentos:** As propriedades para investimento são inicialmente mensuradas pelo custo e subsequentemente ao valor justo, sendo que quaisquer alterações no valor justo são reconhecidas no resultado. Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculado pela diferença entre o valor líquido recebido na venda e o valor contábil do item) são reconhecidos no resultado. A receita de aluguel de propriedades para investimento é reconhecida como outras receitas pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. Os incentivos de arrendamentos concedidos são reconhecidos como parte integrante da receita total de aluguel, durante o prazo do arrendamento. **8.10 *Impairment* de ativos não financeiros:** Em cada data de reporte, o Grupo revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto propriedades para investimento, estoques e impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **8.11 Contas a pagar:** ***e. Fornecedores:*** Os saldos de fornecedores estão classificados em duas modalidades, demonstradas a seguir: **Preço fixo:** obrigação junto aos fornecedores, demonstrados ao valor original de contratação, de acordo com os documentos fiscais remetidos pelos mesmos; **Preço a fixar:** obrigação junto aos fornecedores, em sua maioria cooperativas e produtores rurais, que realizaram a entrega dos produtos à Controlada Be8, contudo não definiram preço final. O preço definitivo será acordado entre as partes dentro do prazo limite do contrato, que normalmente se dá dentro do próprio ano corrente. Os saldos de fornecedores a fixar estão demonstrados pelos valores originais e ajustados a valor de mercado, mensalmente. **8.12 Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os custos dos empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, à construção ou à produção de ativo qualificável formam parte do custo de tal ativo. Outros custos de empréstimos são reconhecidos como despesas, de acordo com o regime contábil de competência. **8.13 Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes):** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for líquido e certo que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor do Grupo e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando há uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e os passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **8.14 Ativos e passivos contingentes e obrigações legais:** As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: (a) ativos contingentes com êxitos prováveis, ou seja, quando for provável a entrada de benefícios econômicos, são apenas divulgados em nota explicativa; (b) passivos contingentes são provisionados na medida em que o Grupo espera ser provável o desembolso de fluxos de caixa. Processos tributários, trabalhistas e cíveis são provisionados quando as perdas são avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Quando a expectativa de perda nestes processos é possível, uma descrição dos processos e montantes envolvidos é divulgada nas notas explicativas. Passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados; e (c) obrigações legais são registradas como exigíveis. **8.15 Tributos sobre o lucro:** A despesa com IR e CS representa a soma dos impostos correntes e diferidos e são lançados na demonstração do resultado do exercício, exceto quando estão relacionados à combinação de negócios ou a itens registrados em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido. ***8.15.1 Impostos correntes:*** A despesa com IR e CS está baseada no lucro tributável do exercício à alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$ 240 anuais para IR e 9% sobre o lucro tributável para CS. São consideradas as compensações de prejuízos fiscais e base negativa de CS de anos anteriores, limitada a 30% do lucro real. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. ***8.15.2 Impostos diferidos:*** O IR e CS diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo o saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos são reconhecidos apenas quando for provável que o Grupo apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **8.16 Reconhecimento de receita:** As orientações trazidas pela norma CPC 47 - "Receitas de Contratos com Clientes" requerem que as receitas sejam reconhecidas quando atenderem aos seguintes critérios: (a) o valor da receita puder ser mensurado com segurança; (b) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia; e (c) quando critérios específicos tiverem sido atendidos em cada uma das vendas realizadas, bem como a confirmação do crédito para a realização da transação e a transferência do controle do bem ou serviço for atendida. O Grupo reconhece a receita quando atinge sua obrigação de performance ao fornecer o produto ao cliente, em determinado momento no tempo, transferindo-lhe o controle sobre o mesmo, que ocorre geralmente quando da entrega física dos bens ou execução do serviço. No mercado interno, a receita é reconhecida por ocasião da remessa, ou entrega dos produtos, e para as vendas ao mercado externo, é reconhecida pelo efetivo embarque dos produtos. A receita de vendas é apresentada líquida dos impostos e dos descontos incidentes sobre esta. Abaixo destacam-se os principais grupos de receita do Grupo: ***f. Venda de produtos:*** Comércio da produção própria de biocombustível, glicerina, óleos básicos vegetais, farelo de soja e outros produtos do processo produtivo. A receita ocorre no momento da retirada do produto na indústria quando este é de responsabilidade do cliente final, ou no momento da entrega quando é de responsabilidade da Controlada Be8 entregar, satisfazendo a obrigação de performance requerida de acordo com os critérios contábeis e normas vigentes. ***g. Revenda de mercadorias:*** A receita da revenda de mercadorias é reconhecida conforme as remessas ocorrem, visto que os produtos são comprados para comercialização e imediatamente revendidos após a compra e a mercadoria não transita fisicamente pelo estoque da Controlada Be8. ***h. Prestação de serviços:*** Industrialização por meio de serviço de esmagamento de grãos, serviços de armazenagem de grãos entre outros, sendo a receita de prestação de serviços reconhecida em momento específico no tempo, que é o momento da prestação do serviço. ***i. Receita financeira:*** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva, e é reconhecida à medida que há expectativa de realização. As principais receitas financeiras do Grupo são receitas de juros, variações cambiais positivas e ganhos com instrumentos financeiros derivativos. **8.17 Subvenções governamentais:** Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, incluindo aqueles ativos não monetários mensurados a valor justo, a subvenção governamental é reconhecida como receita diferida, no passivo, e lançada no resultado em base sistemática e racional ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo. **8.18 Capital social:** A estrutura societária atual é composta por 100% das ações pertencentes ao acionista controlador, em sua pessoa física. **8.19 Distribuição de dividendos:** A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um Passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório (25% do lucro líquido ajustado nos termos do Artigo 202, da Lei nº 6.404/1976) somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral. **8.20 Arrendamentos:** No início de um contrato, o Grupo avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. ***(v) Como arrendatário:*** O Grupo avalia seus contratos de arrendamento, analisando taxa de juros, prazos, valor dos bens arrendados e a intenção de compra ao final do contrato. Os contratos cujos prazos são iguais ou inferiores a 12 meses, ou ainda, ativos classificados como de baixo valor, são reconhecidos como despesa em base linear ao longo do prazo do arrendamento. O Grupo reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos, quando aplicável. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se o Grupo alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. O Grupo apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento com essa mesma nomenclatura no balanço patrimonial. **(vi) *Como arrendador:*** A Controlada Be8 S.A. possui propriedades para investimento (nota explicativa 17), e recebe arrendamentos mensais conforme cronogramas contratuais. As receitas de arrendamento são contabilizadas em bases lineares no resultado do exercício e apresentadas na rubrica de "Outras receitas e despesas operacionais, líquidas" no resultado do período. **9. Normas novas ou revisadas:** As seguintes normas são efetivas para exercícios iniciados após 1º/01/2024: *Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com Covenants (alterações ao CPC 26/IAS 1):* A IAS 1 exige que uma empresa classifique a dívida como não circulante somente se a empresa puder evitar a liquidação da dívida nos 12 meses após a data do relatório. Por exemplo, uma empresa pode ter uma dívida de longo prazo que pode ser reembolsada em 12 meses, se a empresa não cumprir com os *Covenants* nesse mesmo período. As mudanças implementadas na IAS 1 especificam que as cláusulas restritivas a serem cumpridas após a data do balanço não afetam a classificação da dívida como circulante ou não circulante na data do balanço. Em vez disso, as modificações exigem que uma empresa divulgue as informações sobre essas cláusulas restritivas nas notas nas demonstrações financeiras. Com base na avaliação da Administração, em 31/12/24, não houve impactos na classificação dos passivos circulantes e não circulantes com *covenants* do Grupo em decorrência da norma revisada. *Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado") (alterações ao CPC 26/IAS 1 e CPC 40/IFRS 7):* As alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores ("Risco Sacado") que ajudam os usuários das demonstrações financeiras a avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição da entidade ao risco de liquidez. Com base na avaliação efetuada pela Administração, as operações de risco sacado praticados pelo Grupo e divulgadas na nota 21, estão adequadamente apresentadas nas demonstrações financeiras. Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º/01/2024. O Grupo não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: *a) IFRS 18 - Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis:* O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º/01/2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais: • As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará. • As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras. • Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras. Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto. O Grupo ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas do Grupo, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. O Grupo também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como "outros" *b) Outras Normas Contábeis:* Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo: • Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21); • Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7). **10. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos: a) Contexto geral:** O Conselho de Administração da controlada Be8 S.A. tem a responsabilidade global de determinar os objetivos e políticas de gestão de risco da Companhia. O objetivo geral é estabelecer políticas que visam reduzir o risco ao máximo, sem afetar indevidamente a competitividade e flexibilidade da Companhia. A Controlada Be8 S.A. mantém operações com instrumentos financeiros cujos riscos são administrados por meio de estratégias de posições financeiras e sistemas de limites de exposição. Todas as operações, que atendem aos critérios de reconhecimento, estão integralmente reconhecidas na contabilidade. Os instrumentos financeiros derivativos são utilizados para a proteção das margens operacionais da Controlada. Os saldos de instrumentos financeiros estão classificados conforme a seguir:

		Controladora		Consolidado	
Ativo	**Nota**	**31/12/24**	**31/12/23**	**31/12/24**	**31/12/23**
Valor justo por meio do resultado					
Caixa e bancos	11	–	2	82.202	170.224
Instrumentos financeiros derivativos	11(h)	–	–	57.252	45.020
Aplicações financeiras	11	6.308	13.530	723.945	862.070
Adiantamentos a fornecedores		–	1	89.814	32.788
Outras contas a receber		162	114	133.313	125.104
Contas a receber clientes	12	42	274	423.242	462.769
Aplicações financeiras vinculadas		–	–	122.539	43.088
Outras contas a receber de longo prazo		4	9	4.933	12.886
Dividendos a receber		36.602	–	–	–
Juros sobre o capital próprio a receber		7.451	–	–	–
Total ativo financeiro		**50.569**	**13.930**	**1.637.240**	**1.753.949**
Passivo					
Valor justo por meio do resultado					
Instrumentos financeiros derivativos	11(h)	–	–	(62.223)	(60.077)
Fornecedores	21	(80)	(44)	(1.280.298)	(986.161)
Adiantamento de clientes		–	–	(12.098)	(32.328)
Mensalidade antecipada		–	–	(15.668)	(8.406)
Contas a pagar pela aquisição de controlada	21	–	–	(9.593)	(12.704)
Passivos de arrendamento		–	–	(27.870)	(39.191)
Empréstimos e financiamentos	20	–	–	(1.034.187)	(1.474.248)
Dividendos a pagar		(7.451)	–	(7.451)	–
Outras contas a pagar		(416)	(416)	(174.408)	(104.404)
Total passivo financeiro		**(7.947)**	**(460)**	**(2.623.796)**	**(2.717.519)**
Resultado líquido		**42.622**	**13.470**	**(986.556)**	**(963.570)**

Não houve nenhuma alteração substancial na exposição aos riscos de instrumentos financeiros do Grupo, seus objetivos, políticas e processos para a gestão desses riscos ou os métodos utilizados para mensurá-los a partir de períodos anteriores, a menos que especificado o contrário nesta nota. O Grupo está exposto, em virtude de suas operações, aos seguintes riscos financeiros: • Risco de preço das *commodities*. • Risco de taxas de câmbio. • Risco de taxas de juros. • Risco de crédito. • Risco de liquidez. • Risco de capital. Em suas atividades, o Grupo está sujeito a riscos de mercado relacionados à variação cambial do dólar americano bem como do preço de algumas *commodities*. Com o objetivo de mitigar esses riscos, o Grupo dispõe de uma política de gestão de risco de mercado aprovada pelo Conselho de Administração devidamente implementada e em plena execução, dentro da qual está prevista utilização de instrumentos financeiros derivativos. **b) Risco à variação de preço de *commodities*:** Trata-se do risco de que alterações no preço de algumas *commodities* como a soja, óleo degomado e o farelo de soja, possam gerar algum prejuízo para a Controlada Be8. Essa exposição decorre de algumas operações relacionadas à compra e venda dessas *commodities*. Estas operações são negociadas com referência em preços das *commodities* cotados no mercado futuro, determinadas pela bolsa *Chicago Board of Trade* (CBOT). As operações estão relacionadas à exposição da produção da Companhia, de modo que toda operação tem seu lastro em produto físico. A Controlada contratou operações de derivativos de *commodities* para fixar o preço de parte do custo de produção da próxima safra. Sobre a posição de matéria-prima a fixar, cujo estoque tenha sido realizado, são realizadas operações a termo de *commodities*. Como forma de proteger-se da variação no preço do óleo degomado de soja, que é a matéria-prima para produção do biodiesel, a Controlada procedeu à compra de contratos futuros de óleo de soja, com entrega física. Sobre as compras de soja em grão, a Controlada tem como política, fixar simultaneamente com *tradings* ou a termo em CBOT, a quantidade de farelo e óleo de soja a ser produzido pela Controlada. ***Controlada - Be8* S.A.**

	Soja		Farelo de soja		Óleo degomado		Total	**31/12/24**
Operação	**Tonelada**	**Milhares de reais**	**Tonelada**	**Milhares de reais**	**Tonelada**	**Milhares de reais**	**Tonelada**	**Milhares de reais**
Venda	–	–	(8.935)	(17.752)	(9.619)	(70.464)	(18.554)	(88.216)
A fixar	–	–	(145.350)	(306.259)	3.163	11.055	(142.187)	(295.204)
Contratos de compra	72.315	170.744	–	–	7.985	49.871	80.300	220.615
Estoque físico	34.481	79.295	19.822	36.187	22.481	132.904	76.784	248.386
Chicago Board Of Trade	(176.029)	(414.875)	154.314	281.720	(14.508)	(83.768)	(36.223)	(216.923)
Exposição	(69.233)	(164.836)	19.851	(6.104)	9.502	39.598	(39.880)	(131.342)

	Soja		Farelo de soja		Óleo degomado		Total	**31/12/23**
Operação	**Tonelada**	**Milhares de reais**	**Tonelada**	**Milhares de reais**	**Tonelada**	**Milhares de reais**	**Tonelada**	**Milhares de reais**
Venda	–	–	(1.623)	(3.707)	–	–	(1.623)	(3.707)
A fixar	(38.197)	(93.899)	(39.450)	(88.878)	(17.684)	(75.782)	(95.331)	(258.559)
Contratos de compra	–	–	28.741	67.465	13.656	60.311	42.397	127.776
Estoque físico	27.321	67.163	18.728	43.017	5.684	25.107	51.733	135.287
Chicago Board Of Trade	44.497	109.387	(5.897)	(13.544)	(16.523)	(74.049)	22.077	21.794
Exposição	33.621	82.651	499	4.353	(14.867)	(64.413)	19.253	22.591

A Controlada Be8 S.A. possui também operações de derivativos em *commodities* no *Chicago Board Of Trade* (CBOT), tais como: farelo, óleo e soja. Para a apuração do valor justo foi estimado seu valor presente utilizando-se de uma metodologia comumente empregada pelos participantes do mercado. Essa metodologia baseia-se na estimativa do valor presente dos pagamentos por meio da utilização de curvas de mercado divulgadas pela B3 S.A. (Brasil, Bolsa, Balcão). A Controlada Be8 S.A. efetua análises de sensibilidade, refletidas em seis cenários de simulação para *commodities*. No realista, utilizou os preços das *commodities* em 31/12/24 e sobre estes preços acrescentou/reduziu 5%, 10% e 15%, formando os outros três cenários. Tais cenários representam mudanças no risco de preço das *commodities* que na avaliação da Administração são variações razoavelmente possíveis:

Operação	**Risco**	**(-) 15%**	**(-) 10%**	**(-) 5%**	**Realista**	**5%**	**10%**	**15%**
NDF Dólar	Cotação do dólar	4,42	4,68	4,94	5,20	5,46	5,72	5,98
	Ajuste	91.463	60.698	29.934	(830)	(31.592)	(62.357)	(93.122)
Farelo de Soja CBOT	Cotação da *commodity*	(11.639)	(9.951)	(8.263)	(6.574)	4.886	3.198	1.510
Óleo de Soja CBOT	Cotação da *commodity*	47.276	35.156	23.037	10.918	(1.202)	(13.321)	(25.441)
Soja CBOT	Cotação da *commodity*	(10)	(10)	(10)	(10)	(10)	(10)	(10)

Uma oscilação, positiva ou negativa, de R$ 1,00 (um real) no valor de mercado da saca de soja, impactaria em uma despesa de R$ 637 em 31/12/23 no resultado financeiro da Controlada. Em 31/12/24, o saldo de soja a fixar é zero. **c) Risco taxa de câmbio:** Com o objetivo de proteção das receitas de vendas da Controlada Be8 S.A., que são sujeitas à volatilidade da cotação do câmbio, utilizam-se instrumentos financeiros derivativos, cujo portfólio consiste, basicamente, de contratos de vendas e compras a termo de moeda - *Non Deliverable Forward* (NDF) e contratos de opções. Estas operações são realizadas diretamente com instituições financeiras, em ambiente de balcão, onde não existem chamadas de margens. O impacto sobre o fluxo de caixa da Controlada se dá somente na data da liquidação dos contratos. Entretanto, deve-se considerar que a liquidação destas operações financeiras está associada ao recebimento das vendas, as quais estão igualmente associadas à variação cambial, portanto, compensando eventuais ganhos ou perdas nos instrumentos de derivativos de proteção devido a variações na taxa de câmbio. Esses derivativos podem ser feitos através de termo de moeda ou opções de compra e venda de dólar. Para empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira, a Controlada gerencia seu risco de taxa de câmbio para fluxo de caixa utilizando *swap* de taxa de juros, de dólar para taxa fixa. O objetivo é minimizar os riscos de valorização da moeda americana dos contratos firmados com esse indexador. A controlada